

A QUESTÃO HABITACIONAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MARACANÃ, SÃO LUÍS DO MARANHÃO, E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS

THE HOUSING ISSUE IN THE MARACANÃ ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA, SÃO LUÍS DO MARANHÃO, AND ITS SOCIOCULTURAL AND ENVIRONMENTAL IMPLICATIONS

LA PROBLEMA DE LA VIVIENDA EN EL ÁREA DE PROTECCIÓN AMBIENTAL DEL MARACANÃ, SÃO LUÍS DO MARANHÃO, Y SUS IMPLICACIONES SOCIOCULTURALES Y AMBIENTALES

Willian Barbosa Filho¹

 0000-0001-2345-6789
willian.filho@ufma.br

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo geral analisar os conflitos socioambientais decorrentes da questão habitacional na APA do Maracanã, investigando como as políticas urbanas e habitacionais têm impactado a sustentabilidade ambiental e sociocultural da região. A relevância deste estudo reside na contribuição para o debate sobre sustentabilidade urbana em áreas protegidas, oferecendo subsídios para políticas públicas mais integradas e participativas. A metodologia da pesquisa consiste em um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, fundamentado no materialismo histórico-dialético para compreender os processos socioambientais na APA do Maracanã. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, observação de campo e entrevista. O recorte espacial escolhido foi a APA e o bairro do Maracanã. Os resultados revelam que o processo de industrialização trouxe novas dinâmicas de emprego e renda, mas, concomitante com o avanço do capital imobiliário, iniciou processos de pressão sobre os recursos naturais e transformação dos modos de vida tradicionais.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental. Conflitos socioambientais. Política habitacional. Gestão participativa.

ABSTRACT: The general objective of this study is to analyze the socio-environmental conflicts arising from the housing issue in the Maracanã Environmental Protection Area (APA), investigating how urban and housing policies have affected the region's environmental and sociocultural sustainability. The relevance of this study lies in its contribution to the debate on urban sustainability in protected areas, offering insights for more integrated and participatory public policies. The research methodology consists of a qualitative, exploratory, and descriptive study, grounded in historical-dialectical materialism, to understand the socio-environmental processes in the Maracanã Environmental Protection Area (APA). Data collection was conducted through bibliographic and documentary research, field observation, and interviews. The chosen spatial framework was the APA and the Maracanã neighborhood. The results reveal that the industrialization process brought new employment and income dynamics, but, concomitantly with the advance of real estate capital, initiated processes of pressure on natural resources and transformation of traditional ways of life.

Keywords: Environmental Protection Area. Socio-environmental conflicts. Housing policy. Participatory management.

RESUMEN: El objetivo general de este estudio es analizar los conflictos socioambientales derivados de la problemática habitacional en el Área de Protección Ambiental (APA) del Maracaná, investigando cómo las políticas urbanas y habitacionales han impactado la sostenibilidad ambiental y sociocultural de la región. La relevancia de este estudio radica en su contribución al debate sobre la sostenibilidad urbana en áreas protegidas, ofreciendo perspectivas para políticas públicas más integradas y participativas. La metodología de investigación consiste en un estudio cualitativo, exploratorio y descriptivo, basado en el materialismo histórico-dialéctico, para comprender los procesos socioambientales en el Área de Protección Ambiental (APA) del Maracaná. La recopilación de datos se realizó mediante investigación bibliográfica y documental, observación de campo y entrevistas. El marco espacial elegido fue el APA y el barrio del Maracaná. Los resultados revelan que el proceso de industrialización generó nuevas dinámicas de empleo e ingresos, pero, concomitantemente con el avance del capital inmobiliario, inició procesos de presión sobre los recursos naturales y la transformación de los modos de vida tradicionales.

Palabras clave: Área de Protección Ambiental. Conflictos socioambientales. Política de vivienda. Gestión participativa.

INTRODUÇÃO

Localizada principalmente nas regiões a montante da Bacia Hidrográfica do Bacanga, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Região do Maracanã abrange quase as áreas Centro-Leste, Centro-Oeste e Sul do perímetro do Parque Estadual do Bacanga. Nesse setor, localizam-se as cabeceiras de drenagem dos principais rios que formam a região hídrica mencionada, o que contribui diretamente para a sua preservação.

A Área de Proteção Ambiental do Maracanã, criada pelo Decreto Estadual nº 12.103 de 1º de outubro de 1991, com área de 1.831 hectares, localiza-se no município de São Luís, Estado do Maranhão. Esta unidade de conservação abriga remanescentes da vegetação nativa da Ilha do Maranhão, caracterizada pela transição entre os biomas amazônicos e cerrado, além de importantes recursos hídricos e uma rica diversidade cultural (Dias, 2015).

Por ser uma Área de Proteção Ambiental, reconhecida como um espaço protegido pela legislação federal (Lei 9.985/2000), na qual os critérios de proteção ambiental são considerados tecnicamente frágeis, essa área se torna mais propensa ao crescimento de ocupações espontâneas na Bacia do Bacanga. Nesse contexto, essa dinâmica leva a APA do Maracanã a se configurar como uma relevante área de crescimento e expansão urbana informal, ficando apenas atrás do Setor dos Agrupamentos Urbanos Subnormais Adensados (Dias, 2015).

Assim, a consequência dessa dinâmica de crescimento, principalmente com a expansão prioritária de grandes projetos vinculados ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, com mais de 5.000 unidades já edificadas, excluindo as que se encontram em fase de planejamento e licenciamento ambiental (Dias, 2015), resultou com a perda da cobertura vegetal, combinada com as maiores declividades da região hídrica onde estão localizados, com a exposição dos solos (que são bastante frágeis, vale ressaltar) aos agentes intempérico-erosivos. Isso resulta na perda da cobertura pedológica e no assoreamento, a jusante, dos corpos hídricos. Esse é um fato que pode causar, em poucos anos, problemas frequentes de alagamentos em áreas que antes eram livres dessas perturbações causadas pelo homem (Ferreira, 2014).

Assim, o bairro do Maracanã, inserido na APA, representa um exemplo paradigmático dos conflitos entre desenvolvimento urbano e conservação ambiental. Historicamente formado por descendentes de escravos e comunidades tradicionais, o território está sofrendo transformações socioambientais significativas, intensificadas nas últimas décadas pela implementação de políticas habitacionais federais, particularmente o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Estes processos de transformação territorial são gerados entre diferentes direitos constitucionais: o direito à moradia (art. 6º da Constituição Federal) e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da Constituição Federal). Tais conflitos evidenciam a necessidade de análises que consideram as múltiplas dimensões envolvidas nos processos de ocupação de áreas ambientalmente sensíveis.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os conflitos socioambientais decorrentes da questão habitacional na APA do Maracanã, investigando como as políticas urbanas e habitacionais têm impactado a sustentabilidade ambiental e sociocultural da região. Como objetivos específicos, busca-se: descrever o processo histórico de ocupação da área e suas transformações

recentes; apontar os impactos das políticas habitacionais, especialmente do PMCMV, sobre os ecossistemas locais e os modos de vida tradicionais e discutir as alternativas de gestão participativa que possam conciliar desenvolvimento urbano sustentável e conservação ambiental.

A relevância deste estudo reside na contribuição para o debate sobre sustentabilidade urbana em áreas protegidas, oferecendo subsídios para políticas públicas mais integradas e participativas. A investigação justifica-se pela escassez de estudos que abordem de forma integrada as dimensões sociais, ambientais e culturais dos conflitos em unidades de conservação urbana, especialmente no contexto nordestino brasileiro.

HISTÓRICO

A região que hoje abriga a Área de Proteção Ambiental do Maracanã possui rica história de ocupação humana que remonta ao período colonial, caracterizada pela sobreposição de diferentes modelos de apropriação territorial e pela presença de comunidades tradicionais que desenvolveram relações sustentáveis com os ecossistemas locais.

Origens e características ambientais originais

O topônimo “Maracanã” deriva do termo tupi *maraka’nã*, que significa “semelhante a um chocalho”, em referência ao canto característico das aves psitaciformes que habitavam abundantemente a região (Araujo, 2012). Nas matas de galeria compostas por juçarais e buritizais da outra freguesia de São Joaquim do Bacanga, observava-se um grande número de aves verdes cujo canto ecoava como um guizo, especialmente as ararinhas (*Propyrrhura maracana*), aves psitaciformes da família *Psittacidae* que, segundo depoimentos de moradores mais antigos, deram origem ao nome da comunidade.

Esta denominação evidencia a importância histórica da biodiversidade local na construção da identidade territorial, refletindo uma abundância de espécies que caracterizavam os ecossistemas da região. As matas ciliares ao longo dos rios Bacanga e Maracanã sustentaram rica fauna, incluindo juritis, rolinhas e pipiras azuis, além da ictiofauna representada por acarás, traíras e piabas (Farias Filho, 2010).

De acordo com registros historiográficos do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e depoimentos de moradores locais, o primeiro núcleo de povoamento constituiu-se a partir do sítio Bacuri, propriedade do português Manoel Jorge Valente, que chegou ao local na primeira metade do século XIX. Valente distribuiu no local fornos de olaria, aproveitando-se dos depósitos argilosos da várzea do rio Bacanga, e construiu uma capela em homenagem a São Benedito com o propósito de catequizar os escravos que trabalhavam em sua propriedade (Ferreira, 2014).

Esta primeira configuração territorial já evidenciou a sobreposição de diferentes lógicas de apropriação espacial: a exploração econômica através da atividade oleira, a dominação cultural via catequização religiosa e o estabelecimento de relações de trabalho baseadas na escravidão. O sítio Bacuri representava, assim, um microcosmo das relações sociais do período imperial brasileiro, reproduzindo em escala local as estruturas de poder vigentes.

Simbolicamente, sobre as ruínas deste sítio foi posteriormente construído um condomínio do Programa Minha Casa, Minha Vida, evidenciando a continuidade histórica dos processos de transformação territorial e a sobreposição temporal de diferentes modelos de ocupação do espaço.

Consolidações da comunidade quilombola

A formação definitiva da comunidade do Maracanã está intrinsecamente relacionada aos processos de abolição da escravatura no Maranhão. Conforme relatado pela senhora octogenária Onorina Algarves Coutinho, nascida e criada no Maracanã, foi seu bisavô Antônio Martins Algarves, proprietário de fazenda na região da Ribeira, que no período abolicionista abandonou suas terras, deixando-as sob a responsabilidade de seu filho Félix Algarves, o que doou aquelas terras para os ex-escravos (Araujo, 2012).

Este processo de doação de terras representa um dos mecanismos através dos quais se formaram comunidades quilombolas no pós-abolição, configurando territorialidades negras baseadas na posse coletiva da terra e no desenvolvimento de práticas econômicas autônomas. A comunidade do Maracanã se inseriu, assim, no contexto mais amplo das estratégias de sobrevivência e organização territorial desenvolvida pela população negra no período pós-escravista.

Após a segunda metade do século XIX, outras famílias se estabeleceram na região, incluindo os Coutinhos, Barbosas, Costas, Pereiras, Garcez, Cruz e Meireles, conforme registrados nos livros de batismos da Freguesia de São Joaquim do Bacanga (APEM). Esta diversificação demográfica não alterou o caráter predominantemente afrodescendente da comunidade, mas contribuiu para o enriquecimento das relações de parentesco e para a consolidação de redes de solidariedade que caracterizariam a sociabilidade local.

O padrão de ocupação desenvolvido por estas famílias baseava-se na exploração sustentável dos recursos naturais disponíveis, especialmente através do extrativismo da juçara (*Euterpe oleracea*), do buriti (*Mauritia flexuosa*), da pitomba (*Talisia esculenta*) e da produção de carvão vegetal. Estas atividades econômicas, complementadas pela pesca nos rios locais e pela agricultura de subsistência, configuraram um sistema produtivo adaptado às características geoambientais da região.

O principal ponto de ligação da comunidade com São Luís era o rio Bacanga, através do porto Bacanguinha, onde se realizava o escambo dos produtos locais. Os moradores transportavam juçara, carvão, pitomba, buriti e pescado até o porto do Desterro, na capital, para trocar por sal, querosene e outros víveres necessários à reprodução social da comunidade.

Esta integração fluvial demonstra a importância dos recursos hídricos não apenas como fonte de alimentos e água, mas como via de comunicação e integração econômica regional. O sistema de transporte fluvial permite a comercialização dos excedentes da produção local sem comprometer a sustentabilidade ambiental das atividades desenvolvidas.

Em 1929 este cenário foi significativamente alterado com a construção da estação ferroviária Araracanga pela Companhia Ferroviária do Norte. A ferrovia facilitou a comercialização dos gêneros oriundos do extrativismo e da agricultura de subsistência, ampliando as possibilidades de troca com comerciantes da região, passageiros do trem e mercadores de São Luís. Paradoxalmente, esta melhoria na infraestrutura de transportes também intensificou a pressão sobre os recursos naturais locais, iniciando processos de transformação que se acentuariam nas décadas seguintes.

Atualmente fazem parte da sub-bacia hidrográfica do Rio Maracanã as seguintes comunidades: Raimundo do Gapara, Conceição, Alegria, Vila Maranhão, Pereira, Pedreira, Maracanã, Poeirão, Vila Sarney, Nova República, Jacú, Ferventa, Sitinho, Vila Guará e Alto Bonito. Esta configuração territorial reflete os processos de crescimento demográfico e expansão urbana que se intensificaram a partir de 1970, com a instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) no entorno da área.

Apesar do adensamento demográfico, a região mantém tensões significativas da vegetação nativa e diversos recursos hídricos, justificando a criação da APA do Maracanã pelo Decreto Estadual nº 12.103 de 1º de outubro de 1991, com área de 1.831 hectares. Como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a APA disciplina objetivamente as atividades humanas de forma a proporcionar o uso sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental para as comunidades locais, por meio de planos de manejo e zoneamento.

A APA do Maracanã encontra-se a 25 quilômetros do centro de São Luís, próxima ao mar e cortada pelos rios Grande e Maracanã. Inserida na região da Amazônia Legal, possui fauna e flora diversificadas, características de transição entre os biomas amazônicos e cerrado. Sua fauna inclui espécies de aves como juritis (*Leptotila verreauxi*), rolinhas (*Columbina talpacoti*), pipiras azuis (*Cyanicterus cyanicterus*), e peixes como acará (*Astronotus ocellatus*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e piaba (diversas espécies de Characidae).

A flora, inserida na zona de mata de várzea, apresenta várias espécies de árvores frutíferas, leguminosas e gramíneas, além de vegetação ciliar que destaca o buriti e a juçara, espécies fundamentais tanto para a manutenção dos ecossistemas quanto para a economia e cultura locais (Farias Filho, 2010).

A juçara sempre teve importância econômica e identitária fundamental para a comunidade do Maracanã. Há mais de 35 anos, no mês de outubro, realiza-se a tradicional Festa da Juçara no Parque da Juçara, evento idealizado pela agrônoma Rosa Mochel em parceria com a comunidade, especialmente com dona Cotinha. Esta festa representa importante elemento de coesão social e afirmação da identidade cultural local, articulando conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade com práticas de sociabilidade comunitária.

A diversidade cultural do bairro reflete a herança dos escravos e seus descendentes que se estabeleceram na região após a abolição. Manifestações como o tradicional bumba-meу-boi do Maracanã, com seu barracão localizado na comunidade, a Festa dos Reisados em homenagem ao Deus Menino no presépio, e a Festa do Divino constituem elementos fundamentais da identidade cultural local.

As trilhas ecológicas, organizadas pela Associação Comunitária Maracanã Turismo (ASCOMTUR) com apoio da SETUR de São Luís, representam iniciativa inovadora de valorização do patrimônio natural e cultural. Através da capacitação de jovens da comunidade, oferecemos passeios nos quais os visitantes conhecem a história do bairro e estabelecem contato direto com a natureza, promovendo um modelo de desenvolvimento baseado no turismo ecológico comunitário.

O espaço do Maracanã caracterizou-se por uma dinâmica territorial específica, com atores e fatores que o reconfiguraram historicamente. Uma comunidade tradicional, formada por descendentes de escravos e outros grupos familiares, desenvolveu ao longo de mais de um século formas particulares de organização social e de relação com o ambiente. Estas incluem formas de manejo sustentável dos recursos naturais, sistemas de parentesco extensos, manifestações culturais específicas e modelos de organização econômica baseados na solidariedade e reciprocidade.

A tensão entre este modelo tradicional de ocupação territorial e as pressões contemporâneas do desenvolvimento urbano constituem o contexto fundamental para compreender os conflitos socioambientais que caracterizam atualmente a APA do Maracanã. A análise destes conflitos revela como diferentes lógicas de apropriação espacial - a comunitária tradicional, a estatal desenvolvimentista e a mercantil imobiliária - interagem e ambas em contradição no território da APA.

DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO MARACANÃ

A política habitacional brasileira tem sido historicamente marcada pela reprodução de desigualdades socioespaciais e pela consideração de aspectos ambientais (Burnett, 2009). A análise de Romão e Lima (2021) sobre indicadores de sustentabilidade em habitações de interesse social evidencia que os aspectos ambientais são frequentemente negligenciados no planejamento habitacional, resultando em impactos negativos sobre os ecossistemas locais e a qualidade ambiental urbana. Este problema se intensifica quando os empreendimentos são implantados em áreas protegidas, gerando conflitos entre objetivos de política urbana e conservação ambiental.

Nesse contexto, entre 1968 e 1973, o Maranhão viveu o “milagre econômico” brasileiro, período de intensa industrialização sob o regime militar. O Banco Nacional de Habitação (BNH) financiou grandes conjuntos habitacionais nas periferias de São Luís, impulsionados pela expansão da soja no Baixo Parnaíba Maranhense, pelo turismo nos Lençóis Maranhenses e pela instalação das indústrias do Vale do Rio Doce e Alcoa em São Luís.

Esses empreendimentos concentraram-se no adensamento demográfico no entorno do centro histórico, entre os rios Bacanga e Anil, promovendo transformações na paisagem urbana e periurbana². O arquipélago formado por São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa passou a ser considerado metrópole regional, reunindo 1.327.495 habitantes em 1.410,015 km² em 2020. São Luís, com 1.082.935 habitantes em 834,785 km², registra densidade de 1.295,7 hab/km².

O rápido tráfego interno provocou ocupações irregulares e o surgimento de aglomerados subnormais, além de exercer intensa pressão sobre os serviços públicos e a infraestrutura disponível. Esse processo agravou as desigualdades socioespaciais existentes, sobretudo devido à indefinição dos limites municipais, o que dificulta a gestão correta e a oferta adequada de políticas públicas na região (Burnett, 2008). As transformações ocorridas promoveram uma ruptura da distinção tradicional entre os domínios urbano e rural, uma vez que as áreas originalmente rurais, definidas classicamente pela predominância de atividades agrícolas e baixa densidade populacional, passam a se confundir com as práticas e dinâmicas urbanas. Essa interlocução entre o urbano e o rural configura-se hoje como um contínuo, conforme planejado por Graziano da Silva (2001).

Na sub-bacia do Rio Maracanã, desde o século XIX, houve expansão principalmente nas áreas elevadas, entre 45 e 50 metros de altitude, onde estão localizadas como nascentes, fundamentais para a recarga dos aquíferos (Feitosa, 1996). As atividades incluíam predominantemente a agricultura de subsistência, o extrativismo da juçara e do buriti, bem como a pesca nos rios da região.

No período entre as décadas de 1960 e 1970, a instalação do parque fabril de mineração e a construção da barragem do Bacanga incrementaram a sedimentação nas várzeas, provocando enchentes frequentes em áreas baixas como no bairro Sá Viana. Posteriormente, os Programas Federais de Habitação, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores com o Programa Minha Casa, Minha Vida, ampliaram a ocupação dentro da APA do Maracanã, afetando diretamente as nascentes e igarapés por meio do aterramento e canalização dessas áreas, comprometendo os recursos hídricos locais.

Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação

Os conflitos socioambientais em unidades de conservação decorrem da tensão entre diferentes modelos de apropriação e uso do território (Pereira *et al.*, 2023). Estes conflitos manifestam-se particularmente quando há divergências entre os objetivos de conservação das áreas protegidas e as necessidades sociais das populações locais.

Ramos *et al.* (2022) identificam que os conflitos entre unidades de conservação de proteção integral e comunidades tradicionais envolvem questões de territorialidade, identidade cultural e gestão sustentável dos recursos naturais. No caso das APAs, embora permitam a ocupação humana, os conflitos persistem devido à participação envolvente das comunidades locais nos processos de gestão.

A literatura especializada aponta a gestão participativa como estratégia fundamental para a mediação de conflitos socioambientais (Brasil, 2006). A participação das comunidades locais nos processos decisórios relacionados à gestão de áreas protegidas não apenas fortalece a legitimidade das decisões, como também incorpora conhecimentos tradicionais fundamentais para a conservação ambiental.

A compreensão dos processos de urbanização em áreas protegidas requer um referencial teórico que articule as dimensões sociais e espaciais do desenvolvimento urbano. A teoria da produção social do espaço, desenvolvida por Henri Lefebvre (1991), oferece análises instrumentais para compreender como o espaço urbano é produzido através de relações sociais específicas e como diferentes atores sociais participantes deste processo.

Lefebvre (1991) descreve três etapas dialéticas na criação do espaço: o espaço percebido (práticas espaciais), o espaço concebido (representações do espaço) e o espaço vívido (espaços de representação). Essa tríade possibilita a análise de como diversos agentes (Estado, mercado imobiliário, comunidades locais), geram representações e práticas espaciais contraditórias em regiões protegidas.

David Harvey (2014) enriquece essa análise ao investigar o papel do capital na criação do espaço urbano, ressaltando como a busca por lucro direciona processos de urbanização que muitas vezes entram em conflito com metas de justiça social e sustentabilidade ambiental.

Nesse cenário, as considerações de Harvey sobre as contradições entre a lógica do capital e os objetivos de sustentabilidade ajudam a compreender a importância de modelos de gestão que vão além dessa lógica. Assim, a gestão participativa em unidades de conservação surge como uma resposta, ao reconhecer que a conservação ambiental deve ser construída em diálogo com diversos segmentos da sociedade (ICMBio, 2014) e que a sustentabilidade não pode ser dissociada das dimensões sociais e culturais dos territórios.

Dessa forma, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (Brasil, 2006) estabelece como princípio fundamental a participação social nos processos de criação e gestão de unidades de conservação, registrando a importância do conhecimento e dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das tradições tradicionais. A implementação da gestão participativa envolve vários desafios, incluindo a necessidade de capacitação de servidores públicos, criação de espaços efetivos de participação e superação de assimetrias de poder entre diferentes atores sociais (Rabinovici, 2009). No contexto urbano, esses desafios se intensificam devido à maior complexidade dos interesses envolvidos e à pressão exercida pelo mercado imobiliário.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, que visa entender os processos socioambientais em andamento na APA do Maracanã, analisando as relações entre diversos atores sociais e suas práticas territoriais. Metodologia se baseia no materialismo histórico-dialético, o qual possibilita a compreensão das particularidades socioambientais em sua totalidade e processo histórico (Marx, 1859).

Essa abordagem possibilita a análise dos conflitos socioambientais como resultado das contradições inerentes aos diversos modelos de desenvolvimento e apropriação do território. A opção por essa abordagem é justificada pela necessidade de entender as diversas condições que moldam a realidade da APA do Maracanã, abrangendo os processos de industrialização, urbanização, criação de políticas habitacionais e as resistências das comunidades locais.

Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados abrange três abordagens complementares:

- a) Pesquisa bibliográfica e documental: Coleta de trabalhos acadêmicos a respeito de unidades de conservação, políticas habitacionais e conflitos socioambientais, com foco nas publicações dos últimos cinco anos. Análise de documentos oficiais, como o decreto de criação da APA, planos de gestão, relatórios técnicos e leis relevantes;
- b) Observação de campo: visitas regulares à APA do Maracanã para familiarização com a área, identificação de mudanças ambientais e documentação fotográfica dos efeitos da ocupação urbana;
- c) Interação com atores locais: envolvimento em encontros da Associação dos Amigos do Parque da Juçara e diálogos informais com moradores antigos da comunidade, englobam suas visões sobre as mudanças territoriais.

O recorte espacial da pesquisa abrange a APA do Maracanã, com foco específico no bairro do Maracanã e no entorno do Rio Ambude, onde se concentram os principais conflitos socioambientais identificados. O recorte temporal contempla o período de 2009 a 2023, correspondente à melhoria e desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida na região, permitindo analisar os impactos desta política sobre o território.

A análise dos dados segue os princípios da análise de conteúdo qualitativo, organizando as informações em categorias temáticas correspondentes aos objetivos da pesquisa: processo histórico de ocupação, impactos das políticas habitacionais, conflitos socioambientais e alternativas de gestão participativa. As informações coletadas foram processadas por meio do confronto entre diferentes fontes (bibliográficas, documentais e empíricas), garantindo a validade e confiabilidade dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ocupação da área que atualmente forma a APA do Maracanã remonta ao século XIX, período em que se distribuiu o primeiro núcleo de povoamento por meio do sítio Bacuri, propriedade do português Manoel Jorge Valente. Este processo inicial já demonstrou a intersecção de várias maneiras de apropriação do território: a exploração econômica (fornos de olaria) e a imposição cultural (catequização de escravizados por meio da edificação de capelas).

A contribuição significativa de descendentes de escravos na criação da comunidade do Maracanã tornou-se particularmente evidente após a concessão de terras por Félix Algarves a ex-escravos no período pós-abolição. Essa origem confere à comunidade características específicas de organização social e interação com o meio ambiente, baseadas no extrativismo sustentável (juçara, buriti, carvão) e na agricultura de subsistência.

A análise dos processos históricos revela que a comunidade desenvolvida ao longo dos séculos XIX e XX é um modelo de ocupação territorial baseado na convivência harmoniosa com os ecossistemas locais. O sistema de transporte fluvial através do Rio Bacanga e posteriormente a estação ferroviária Araracanga (1929) permitiram a comercialização dos produtos do extrativismo sem comprometer a integridade ambiental da região.

Este modelo de ocupação começou a ser alterado significativamente a partir de 1970, com a instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) no entorno da área. A industrialização trouxe novas dinâmicas de emprego e renda, mas também iniciou processos de pressão sobre os recursos naturais e transformação dos modos de vida tradicionais.

A implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida na APA do Maracanã, particularmente através do Conjunto Habitacional Amendoeira, representa um ponto de inflexão nos processos de transformação territorial da região. A análise dos impactos desta política revela múltiplas dimensões de conflito socioambiental.

Impactos ambientais diretos: A construção de empreendimentos habitacionais comprovados no aterramento de nascentes e igarapés, comprometendo o ciclo hidrológico local. A comunidade local identifica diretamente o brilho entre a implantação do conjunto habitacional e a manipulação do Rio Ambude, anteriormente utilizado para pesca e lazer pela população.

A ocupação das áreas de tabuleiros e morros, correspondentes às cotas entre 45m e 50m, compromete zonas fundamentais para a recarga dos aquíferos da sub-bacia do Rio Maracanã. Esta localização, escolhida por critérios de disponibilidade e custo de terrenos, revela a ausência de atenção adequada das características geoambientais na implementação da política habitacional.

Impactos socioculturais: A chegada de nova população através de empreendimentos habitacionais alterou significativamente a dinâmica social da comunidade tradicional. Observar-se o abandono gradual de práticas tradicionais como o cultivo da juçara e do buriti, fundamentais para a identidade cultural local.

A Festa da Juçara, tradição de mais de 35 anos que representa importante elemento de coesão social e identidade cultural, tem enfrentado dificuldades crescentes devido às transformações territoriais. O afastamento de frequentadores, atribuído pelos moradores aos problemas decorrentes da expansão urbana, evidencia a descaracterização dos espaços de sociabilidade tradicionais.

Tensões entre direitos: A análise dos conflitos revela complexidade entre diferentes direitos constitucionais. Enquanto o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) busca efetivar o direito à moradia, sua implementação tem comprometido o direito ao meio ambiente equilibrado e os direitos culturais das comunidades tradicionais.

Esta situação exemplifica o que Burnett (2009) identifica como característica da política habitacional brasileira: sua natureza excludente e reproduzora de desigualdades, que não considera específicas as especificidades locais e os impactos sobre as populações vulneráveis.

Os conflitos identificados na APA do Maracanã caracterizaram-se pela sobreposição de diferentes lógicas de apropriação territorial. De um lado, uma lógica de mercado que orienta a

implementação dos empreendimentos habitacionais, baseada na maximização do aproveitamento dos terrenos e na minimização de custos. De outro, a lógica das comunidades tradicionais, fundamentada na conservação dos recursos naturais e manutenção dos modos de vida ancestrais.

A ausência de mecanismos eficazes de gestão participativa agrava estes conflitos. A APA do Maracanã cuida de conselho gestor atuante e de processos sistemáticos de consulta às comunidades locais sobre decisões que afetam o território. Esta ausência contraria as diretrizes do SNUC e do Plano Nacional de Áreas Protegidas, que estabelecem a participação social como princípio fundamental da gestão de unidades de conservação.

Uma análise das atas de reuniões da Associação dos Amigos do Parque da Juçara revela que as demandas comunitárias - incluindo aumento da violência, poluição dos rios, ausência de infraestrutura e manipulação ambiental - não encontram canais institucionais adequados para encaminhamento e resolução.

Apesar dos processos de transformação e manipulação específicos, a pesquisa revela a persistência de formas de resistência por parte da comunidade tradicional. Moradores mais antigos mantêm práticas de conservação ambiental e organizam-se em torno da preservação de tradições culturais, como o Bumba-meu-boi do Maracanã e a Festa dos Reisados.

A Associação Comunitária Maracanã Turismo (ASCOMTUR) representa importante iniciativa de organização comunitária, desenvolvendo atividades de turismo ecológico que valorizam o conhecimento tradicional e promovem a conservação ambiental. Este tipo de iniciativa demonstra o potencial de modelos alternativos de desenvolvimento que conciliam geração de renda e conservação ambiental.

As trilhas ecológicas desenvolvidas pela ASCOMTUR, com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo, exemplificam práticas de uso sustentável dos recursos naturais que respeitam as características ambientais e culturais locais. Tais iniciativas contrastam com o modelo de desenvolvimento imposto pelas políticas habitacionais convencionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise dos conflitos socioambientais na APA do Maracanã revela a complexidade da tensão entre o desenvolvimento urbano e a conservação ambiental em contextos de implementação de políticas habitacionais. Os resultados da pesquisa evidenciam que a ausência de abordagens integradas e participativas na formulação e implementação destas políticas contribui para a reprodução de desigualdades socioambientais e para a manipulação de ecossistemas importantes.

O caso do Programa Minha Casa, Minha Vida na região ilustra como políticas bem-intencionadas podem gerar impactos negativos quando inovações sem adequada atenção às especificidades ambientais e socioculturais locais. A localização dos empreendimentos habitacionais em áreas ambientalmente sensíveis, a ausência de consulta prévia às comunidades tradicionais e a falta de medidas mitigadoras adequadas resultaram em conflitos que comprometem tanto os objetivos da política habitacional quanto os de conservação ambiental.

Uma pesquisa confirma a hipótese de que modelos de desenvolvimento homogêneos, orientados exclusivamente pela lógica de mercado, são inadequados para territórios caracterizados por alta diversidade socioambiental. A sustentabilidade urbana em áreas protegidas exige abordagens que reconheçam e valorizem os conhecimentos tradicionais, promovam a participação efetiva das comunidades locais e integrem objetivos sociais, ambientais e culturais.

As resistências e alternativas indicadas na comunidade do Maracanã demonstram que existem caminhos viáveis para conciliar o desenvolvimento urbano e a conservação ambiental. Iniciativas como o turismo ecológico comunitário e a manutenção de práticas tradicionais sustentáveis oferecem referências importantes para políticas públicas mais adequadas às características locais.

A implementação de gestão participativa eficaz emerge como condição fundamental para a superação dos conflitos identificados. Esta gestão deve envolver não apenas a criação de conselhos de gestores, mas também a construção de processos dialógicos permanentes que permitam a negociação de interesses e a construção de consensos sobre modelos de desenvolvimento territorial.

Recomenda-se que futuras políticas habitacionais em áreas protegidas adotem abordagens que envolva diagnósticos socioambientais participativos prévios à implementação; constituir mecanismos permanentes de consulta e participação comunitária; desenvolver critérios locacionais que considerem particularmente as características agroambientais; integrar medidas de conservação ambiental e valorização cultural e promover modelos alternativos de desenvolvimento baseados no uso sustentável dos recursos naturais.

A experiência da APA do Maracanã traz lições valiosas para outras áreas que lidam com conflitos parecidos entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental. Sua análise enriquece a discussão sobre a sustentabilidade urbana no Brasil e destaca a urgência de políticas públicas mais integradas, participativas e que considerem a diversidade socioambiental do país.

NOTA

2 Área nos arredores ou próxima de uma área urbana.

REFERÊNCIAS

ARCE, P.; PENDLOSKI, C. J. S.; OLIVEIRA, R. B.; GALLARDO, A. L. C. F.; RUIZ, M. S. Conflitos socioambientais em unidades de conservação em áreas urbanas: o caso do Parque Tizo em São Paulo. *Holos*, v. 30, n. 1, p. 75–85, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Áreas Protegidas.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BURNETT, F. L. **Urbanização e desenvolvimento sustentável:** a sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão. São Luís: UEMA, 2008.

BURNETT, F. L. As cidades brasileiras e a desigualdade socioespacial. **Em Pauta:** Teoria Social e Realidade Contemporânea, v. 6, n. 24, p. 99–112, 2009.

FARIAS FILHO, A. **Diagnóstico ambiental da APA do Maracanã.** São Luís: SEMA-MA, 2010.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Participação social na gestão de unidades de conservação: uma leitura sobre a contribuição do Instituto Chico Mendes. **Biodiversidade Brasileira**, v. 4, n. 1, p. 211–234, 2014.

ICMBIO -INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

Unidades de conservação: conceitos e características. Brasília: ICMBio, 2020.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Oxford: Blackwell, 1991.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Obra original publicada em 1859).

PEREIRA, A. R.; SANTOS, M. J.; SILVA, L. C. Conflitos socioambientais em áreas protegidas brasileiras: causas, consequências e iniciativas de gestão. **Biodiversidade Brasileira**, v. 13, n. 3, p. 45–62, 2023.

RABINOVICI, A. **Unidades de conservação:** o desafio da gestão participativa. São Paulo: Annablume, 2009.

RAMOS, W. L.; ALVES, J. S.; DOMINGOS JUNIOR, D. Conflitos socioambientais envolvendo unidades de conservação de proteção integral e comunidades tradicionais: uma abordagem legal e conceitual. **Revista Foco Interdisciplinar**, v. 10, n. 2, p. 234–251, 2022.

ROMÃO, F. M.; LIMA, J. Contribuições dos indicadores de localização sustentável de habitações de interesse social: uma revisão sistemática da literatura. In: Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 9., 2021, Bauru. **Anais[...]** Bauru: Pluris, 2021. p. 1–12.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUSA, I. C. Habitação de interesse social e o Minha Casa, Minha Vida: análise da inserção urbana na perspectiva ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, p. 1–25, 2020.

.